

2020

Nota Técnica 5-003

S

A

F

i



**Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais**

Nota Técnica nº 5-003/2020 – SAFi/SPLAN/SEPLAN

23/03/2020

1 – OBJETO

Apresentar informações e dados gerenciais acerca dos impactos da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) nas finanças públicas do Estado do Maranhão, em especial, no tocante ao fluxo de pagamentos da dívida pública.

2 – CONTEXTUALIZAÇÃO

A pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) tornou-se, desde fevereiro de 2020 quando estourou o número de casos na China e, sobretudo, a partir de 15 de março¹ do mesmo ano com aceleração da propagação no globo, a principal preocupação em escala mundial. No Brasil não está sendo diferente, muito menos no Maranhão. As atenções estão direcionadas para o controle da escalada de contaminação, de prevenção e, claro, de tratamento aos que estão e aos que serão diagnosticados com o novo vírus.

Nesse cenário preocupante, não há dúvida que os gastos com saúde e aqueles decorrentes da paralização da economia serão de grandeza proporcional ao caos que se instalou em todo o mundo. Em termos de Produto Interno Bruto – PIB, alguns analistas (Gráfico 1) já apontam cenários de retração que, possivelmente, nos posicionará, em 2020, como a pior recessão da história brasileira.

O resultado recente do PIB do Brasil (+1,1% em 2019) permite concluir que o país ainda não retomou a trajetória de recuperação econômica. O resultado de 2019 é menor do que o de 2018 e 2017. Como se não bastasse, além da recessão da economia e da crise internacional do COVID-19 (Coronavírus), a Organização dos Países

¹ Data em que o número de casos no mundo superou o da China registrando 81,7 mil e escalonou desde então no globo. Vide mapa e gráficos disponibilizados pela John Hopkins Medicine School: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>

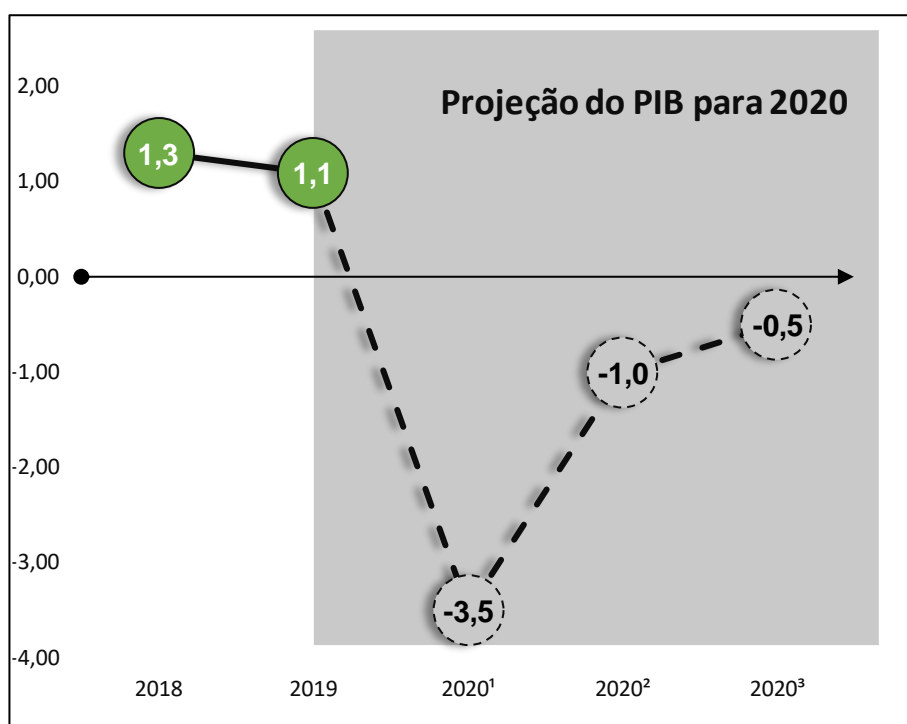


**Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais**

Exportadores de Petróleo - OPEP adotou políticas de *dumping* no preço petróleo internacional.

A disputa entre Arábia Saudita e Rússia fez desabar o preço da *commodity*. Ambos movimentos vêm ampliando a incerteza mundial elevando a demanda por ativos mais seguros, e afetando o mercado internacional, implicando em fuga de capitais especialmente em economias frágeis como o Brasil.

Gráfico 1 – Evolução do PIB do Brasil e Projeções para 2020 (em %)



Fonte: Bradesco; IFI; OECD; GOLDMAN SACHS; FOCUS; CREDIT SUISSE; Projeções do JP Morgan e Bank of América.

A COVID-19 tem impacto direto na economia nacional, uma vez que o país depende da atividade internacional - sobretudo, do comércio com a China² -, principal cliente do país e epicentro da pandemia que afeta o globo. Além dos impactos indiretos da atividade nacional sobre o Maranhão, os chineses também são um dos principais clientes do Estado.³

² As exportações brasileiras para a china somaram US\$ 63,4 bilhões em 2019, 28,1% do total exportado no ano.

³ No maranhão as vendas para a China somaram US\$ 848,7 milhões em 2019, 23,9% do total exportado pelo Maranhão.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento Superintendência de Assuntos Fiscais

As expectativas iniciais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD⁴ são de que o COVID-19 reduza o crescimento mundial em pelo menos 0.5 p.p. em relação as estimativas realizadas em novembro. Contudo, alerta que, para a China e países que possuem forte relação com o país, os impactos em pontos percentuais são estimadamente maiores. Dessa forma, pode-se esperar que o Brasil seja um dos mais impactados negativamente, e, conseqüentemente o Maranhão.

Adicionalmente, alerta-se para os impactos advindos de outros parceiros comerciais que possuem comércio relevante com o Estado, tais como os Estados Unidos e a Itália, que também estão sendo afetados pela epidemia.

É sob este contexto que se colocam os desafios atinentes à superação da crise do novo coronavírus. Sendo assim, far-se-á uma exposição sintética dos principais impactos nas finanças públicas do estado, com atenção especial aos pagamentos de despesas financeiras, em especial os juros e encargos da dívida pública.

3 – IMPACTOS NAS FINANÇAS PÚBLICAS

O Estado do Maranhão tem um orçamento estimado em R\$ 19,9 bilhões de reais para 2020. As despesas estão orçadas em grupos específicos, sendo os gastos com pessoal e encargos o maior valor. Os demais referem-se a pagamentos com custeio da máquina pública, investimentos, inversões financeiras e os gastos com juros e encargos da dívida pública.

Do lado das receitas, as principais fontes de financiamento para tais gastos são oriundas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e do Fundo de Participação dos Estados – FPE que, somados, representam 68% de todas as receitas correntes previstas para o ano. Sendo assim, as projeções elaboradas com base nas primeiras estimativas de impacto apontam para uma frustração, em 2020, de R\$ 1.819.067.413,00 na arrecadação de ICMS.

Importante ressaltar que, no caso da arrecadação de ICMS, tem-se um problema adicional ocasionado pela forte redução do preço do petróleo, que se traduz em queda

⁴ No relatório: OECD interim economic assessment, Coronavirus: the world economy at risk. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-outlook/volume-2019/issue-2_7969896b-en#page1>



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais

significativa de receita, visto que 33% dos recursos desse imposto são decorrentes da incidência nos combustíveis e lubrificantes.

O impacto também deverá ser considerável em relação às transferências oriundas da União. Neste caso, estima-se perda de R\$ 514.571.847,24, em 2020, somente nos repasses atinentes ao FPE. Cumpre frisar que, no primeiro repasse de março, houve frustração de 12,82% em comparação com o mesmo período do ano anterior, reflexo das consequências no nível de atividade econômica trazidas pelo Novo Coronavírus.

Nesse contexto, torna-se inviável a manutenção das despesas obrigatórias e de políticas públicas fundamentais. Assim, em atenção ao cenário colocado anteriormente, em que as prioridades se voltam para os gastos com saúde, manutenção de serviços públicos e contingências sociais, entende-se como primordial a busca por alternativas que minimizem os impactos nas receitas do estado decorrentes da paralização econômica.

Considerando que os gastos com salários são fundamentais para a manutenção da estratégia de controle adotada, bem como para manter um nível mínimo de consumo; considerando que as despesas de custeio para continuidade das atividades não poderão sofrer interrupção; e, que a paralização de todos os investimentos intensificaria a crise, infere-se ser primordial buscar alternativas com foco na suspensão de pagamentos de despesas financeiras, visto que, nesse momento, tais gastos não são essenciais em meio ao cenário desenhado.

3 – DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

O estoque da dívida pública do Estado do Maranhão é de R\$ 7,4 bilhões. Considerando o orçamento aprovado para 2020, de R\$ 19,9 bilhões, esse valor representa 37% do total. No que se refere ao serviço da dívida, ou seja, o pagamento de juros e amortizações, a previsão de gastos neste ano é de R\$ 1,1 bilhões.

Nota-se que a dívida representa uma parcela significativa das despesas estaduais, não obstante outras rubricas apresentarem valor substancialmente maior, a exemplo dos gastos com pessoal e encargos sociais e custeio de todos os órgãos e poderes estaduais.

No **anexo I** desta nota, tem-se o demonstrativo do fluxo de pagamentos estimado para o serviço da dívida em 2020, segregando a dívida interna da dívida externa, bem como apresentando os valores mensais referentes aos juros e amortizações por credor. No



**Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais**

anexo II, a comprovação de que o Estado se encontra adimplente com suas obrigações financeiras e de empréstimos junto a União.

Tabela 1 – Demonstrativo do serviço da dívida por grupo de credor para 2020– Em R\$ milhões.

Credor	Valor - Em R\$ Milhões
União	167,9
Bancos Nacionais	478,3
Bancos Internacionais	483,8
Total	1.130,0

Infere-se do demonstrativo e das tabelas 1 e 2, que o serviço da dívida com a União e bancos nacionais, para 2020, perfaz o montante de R\$ 646,2 milhões e representa mais da metade de todos os pagamentos de dívidas projetadas para o exercício. Vale ressaltar que todas as dívidas do estado são garantidas pela União.

Tabela 2 – Demonstrativo do serviço da dívida interna estimado por grupo de credor para 2020– Em R\$ milhões.

Credor	Valor - Em R\$ 1,00
Caixa Econômica Federal	69.692.984
Caixa Econômica Federal	2.695.142
Banco do Brasil	12.465.600
União DIRE98 DMLP	21.543.290
BNDES / PEF I I	11.176.183
BNDES/ EST. "A"	122.438.800
BNDES/ EST. "B"	139.764.173
BNDES/ EST. "C"	49.942.960
BNDES / PROINV.	70.170.329
União LEI 8727COHAB	251.134
União LEI 8727IPEM	4.370.216
União LEI 9496 REGOV	141.784.925
Total Dívida INTERNA	646.295.734

Em tempo, cumpre frisar que eventual suspensão dos pagamentos da dívida interna não seria suficiente para compensar a frustração de receitas anteriormente demonstrado. De outro ângulo, poderia ser um instrumento de atenuação do montante



**Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais**

estimado de frustração de receitas vis-à-vis a não adoção de nenhuma medida que contribua para a superação dessa quadra desafiadora.

3 – CONCLUSÃO

A partir dos argumentos apresentados, opina-se pela necessidade de se buscar uma alternativa para amenizar os impactos fiscais decorrentes da crise sanitária e econômica causada pela pandemia do Novo Coronavírus. **No plano estadual, estima-se uma frustração de receitas (próprias + transferências) da ordem de R\$ 2.333.639.260,24.**, valor que inviabiliza a manutenção das políticas públicas no estado e, sobretudo, compromete as ações de combate e prevenção atinentes à pandemia.

Neste caso, sugere-se a suspensão dos pagamentos do serviço da dívida visando atenuar os aludidos efeitos, visto que, mesmo suspendendo totalmente o compromisso com todas as dívidas, incluindo-se as externas, tal valor não seria suficiente para compensar a frustração de receita para 2020.

São Luís (MA), 23/03/2020.

Superintendente de Assuntos Fiscais
João Carlos Souza Marques



**Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais**

**ANEXO 1
PREVISÃO DE PAGAMENTO DA
DÍVIDA PÚBLICA**



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais

Tabela. Previsão Mensal De Pagamento Da Dívida Pública De Fontes Internas em 2020. Valores em R\$ (1.000)

Mês/Categoria/Instituição	Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal	Banco do Brasil	União DIRE98 DMLP	BNDES / PEF I I	BNDES/ EST. "A"	BNDES/ EST. "B"	BNDES/ EST. "C"	BNDES / PROINV.	União LEI 8727COHAB	União LEI 8727IPEM	União LEI 9496 REGOV	Total Dívida INTERNA	
JAN*	Principal	4.532	44	-	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	327	8.414	29.388
	Juros	1.700	251	-	-	2.346	3.596	4.387	1.647	14.381	2	26	3.303	31.639
FEV*	Principal	4.532	53	-	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	29.426
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	-	2	26	3.348	14.870
MAR	Principal	4.532	53	-	-	-	6.500	7.124	2.731	-	18	429	8.698	30.086
	Juros	1.302	165	-	-	-	3.165	3.869	1.572	-	3	41	3.468	13.585
ABR	Principal	4.532	53	-	10.772	2.962	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	43.160
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	18.601	2	26	3.348	33.471
MAI	Principal	4.532	53	-	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	29.426
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	-	2	26	3.348	14.870
JUN	Principal	4.532	53	6.233	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	35.659
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	-	2	26	3.348	14.870
JUL	Principal	4.532	53	-	-	2.941	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	32.367
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	18.598	2	26	3.348	33.469
AGO	Principal	4.532	53	-	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	29.426
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	-	2	26	3.348	14.870
SET	Principal	4.532	53	-	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	29.426
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	-	2	26	3.348	14.870
OUT	Principal	4.532	53	-	10.771	2.927	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	43.125
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	18.590	2	26	3.348	33.461
NOV	Principal	4.532	53	-	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	29.426
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	-	2	26	3.348	14.870
DEZ	Principal	4.532	53	6.233	-	-	6.500	7.124	2.428	-	19	329	8.442	35.659
	Juros	1.230	165	-	-	-	3.768	4.602	1.729	-	2	26	3.348	14.870
Total Geral		69.693	2.695	12.466	21.543	11.176	122.439	139.764	49.943	70.170	251	4.370	141.785	646.296

Fonte: SEPLAN. * valores pagos. Notas: Dólar R\$ 5,20; DMLP: abril e outubro; PROFISCO: Março e Setembro; BANK OF AMERICA: Janeiro e Julho; CEF PNAFE: Fevereiro (LIQUIDADO); PRODIM: Maio e Novembro.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais

Tabela. Previsão Mensal De Pagamento Da Dívida Pública De Fontes Externas em 2020. Valores em R\$ (1.000)

Mês/Categoria/Instituição		BIRD / PRODIM 47350	BID/PROFISCO	BANK OF AMÉRICA	Total Dívida EXTERNA
JAN*	Principal	-	-	162.278	162.278
	Juros	-	-	50.126	50.126
FEV*	Principal	-	-	-	-
	Juros	-	-	-	-
MAR	Principal	-	2.045	-	2.045
	Juros	-	950	-	950
ABR	Principal	-	-	-	-
	Juros	-	-	-	-
MAI	Principal	3.367	-	-	3.367
	Juros	-	-	-	-
JUN	Principal	-	-	-	-
	Juros	-	-	-	-
JUL	Principal	-	-	212.158	212.158
	Juros	-	-	47.397	47.397
AGO	Principal	-	-	-	-
	Juros	-	-	-	-
SET	Principal	-	2.136	-	2.136
	Juros	-	-	-	-
OUT	Principal	-	-	-	-
	Juros	-	-	-	-
NOV	Principal	3.350	-	-	3.350
	Juros	-	-	-	-
DEZ	Principal	-	-	-	-
	Juros	-	-	-	-
Total geral		6.717	5.131	471.959	483.807

Fonte: SEPLAN. * valores pagos. Notas: Dólar R\$ 5,20; DMLP: abril e outubro; PROFISCO: Março e Setembro; BANK OF AMERICA: Janeiro e Julho; CEF PNAFE: Fevereiro (LIQUIDADO); PRODIM: Maio e Novembro.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais

Tabela. Previsão Mensal De Pagamento Da Dívida Pública Total (Juros+ Principal) de Todas as Fontes (Internas + Externas) em 2020. Em (R\$)

Mês	TOTAL GERAL (Interna + Externa)
Janeiro*	273.431.049,25
Fevereiro*	44.296.893,91
Março	46.666.079,99
Abril	76.631.285,91
Maió	47.663.598,91
Junho	50.529.693,91
Julho	325.391.140,51
Agosto	44.296.893,91
Setembro	46.433.380,91
Outubro	76.585.799,91
Novembro	47.646.788,91
Dezembro	50.529.693,91
Total Geral	1.130.102.299,94

Fonte: SEPLAN. * valores pagos. Notas: Dólar R\$ 5,20; DMLP: abril e outubro; PROFISCO: março e setembro; BANK OF AMERICA: janeiro e julho; CEF PNAFE: Fevereiro (LIQUIDADO); PRODIM: Maio e Novembro.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Superintendência de Assuntos Fiscais

ANEXO 2

EXTRATO DO SISTEMA AUXILIAR DE INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS – CAUC DO MARANHÃO EM MARÇO DE 2020



CNPJ Pesquisado: o "CNPJ principal" do ente federado abaixo citado

Ente Federado: Maranhão

CNPJ principal: 06.354.468/0001-60 - MARANHAO

Data Pesquisa: 23/03/2020

I - Obrigações de Adimplência Financeira

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
1.1 - Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	PGFN/RFB	✓ Comprovado	22/04/2020
1.3 - Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	CAIXA	✓ Comprovado	19/04/2020
1.4 - Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	SAHEM	✓ Comprovado	23/03/2020
1.5 - Regularidade perante o Poder Público Federal	CADIN	✓ Comprovado	23/03/2020

II - Adimplimento na Prestação de Contas de Convênios

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
2.1 - Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente			
2.1.1 - SIAFI/Subsistema Transferências	SIAFI/Subsistema Transferências	✓ Comprovado	23/03/2020
2.1.2 - SICONV	SICONV	✓ Comprovado	23/03/2020

III - Obrigações de Transparência

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
3.1 - Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal - RGF	STN/SICONFI	✓ Comprovado	30/05/2020
3.2 - Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO			
3.2.2 - Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siconfi	SICONFI	✓ Comprovado	30/03/2020
3.2.3 - Encaminhamento do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siope	SIOPE	! A Comprovar	(*)
3.3 - Encaminhamento das Contas Anuais	STN/SICONFI	✓ Comprovado	31/05/2020
3.4 - Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis	STN/SICONFI	! A Comprovar	(*)
3.5 - Encaminhamento de Informações para o Cadastro da Dívida Pública - CDP	SADIPEM	! A Comprovar	(*)

IV - Adimplimento de Obrigações Constitucionais ou Legais

Item Legal	Fonte	Situação	Validade
4.1 - Exercício da Plena Competência Tributária	STN/SICONFI	✓ Comprovado	31/05/2020
4.2 - Aplicação Mínima de recursos em Educação	FNDE/SIOPE	! A Comprovar	(*)
4.3 - Aplicação Mínima de recursos em Saúde	MS/SIOPS	✓ Comprovado	23/03/2020
4.4 - Regularidade Previdenciária	SPPS	✓ Comprovado	11/06/2020
4.5 - Regularidade quanto à Concessão de Incentivos Fiscais	CONFAZ/MF	✓ Comprovado	23/03/2020

* Notas Explicativas

(!) - As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

(!) - Para validar o extrato através do QRCode, faça o download do aplicativo Vio na Apple Store ou Play Store.